Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 7

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 25

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 26

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46.011.632
Preferenciais	38.670.637
Total	84.682.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	960.397	967.409
1.01	Ativo Circulante	126.437	131.523
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	211	7
1.01.02	Aplicações Financeiras	123.209	127.615
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	123.209	127.615
1.01.02.01.03	Títulos para Investimento	123.209	127.615
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.017	3.901
1.01.08.03	Outros	3.017	3.901
1.02	Ativo Não Circulante	833.960	835.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.968	8.316
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.869	8.219
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.869	8.219
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	99	97
1.02.01.10.03	Outros Ativos	99	97
1.02.02	Investimentos	825.986	827.564
1.02.02.01	Participações Societárias	825.986	827.564
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	825.945	827.523
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	41	41
1.02.03	Imobilizado	6	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	960.397	967.409
2.01	Passivo Circulante	4.004	11.627
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	117	0
2.01.02	Fornecedores	220	182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	220	182
2.01.03	Obrigações Fiscais	856	1.406
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	856	1.406
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	856	1.406
2.01.05	Outras Obrigações	2.811	10.039
2.01.05.02	Outros	2.811	10.039
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.041	9.269
2.01.05.02.04	Participação nos Lucros de Administradores	770	770
2.02	Passivo Não Circulante	6.672	6.640
2.02.04	Provisões	6.672	6.640
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.672	6.640
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	6.672	6.640
2.03	Patrimônio Líquido	949.721	949.142
2.03.01	Capital Social Realizado	436.556	436.556
2.03.02	Reservas de Capital	4.587	4.587
2.03.02.07	Res.para Manut. Cap. Giro Próprio	378	378
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	667	667
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	3.542	3.542
2.03.04	Reservas de Lucros	507.999	507.999
2.03.04.01	Reserva Legal	59.898	59.898
2.03.04.02	Reserva Estatutária	287.527	287.527
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	160.574	160.574
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	718	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-139	0
2.03.08.01	Equivalência Reflexa das Coligadas	-139	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.929	3.240
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-505	-799
3.04.02.01	Despesa de Pessoal	-246	-636
3.04.02.02	Despesas Administrativas	-259	-163
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	112	44
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-97	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.439	3.995
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.929	3.240
3.06	Resultado Financeiro	3.778	1.502
3.06.01	Receitas Financeiras	3.778	1.502
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.849	4.742
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.131	-84
3.08.01	Corrente	-781	-84
3.08.02	Diferido	-350	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	718	4.658
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	718	4.658
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00811	0,0526
3.99.01.02	PNA	0,00892	0,05786
3.99.01.03	PNB	0,00892	0,05786
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00811	0,0526
3.99.02.02	PNA	0,00892	0,05786
3.99.02.03	PNB	0,00892	0,05786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	718	4.658
4.03	Resultado Abrangente do Período	718	4.658

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.026	26
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.537	662
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	718	4.658
6.01.01.02	Resultado de Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial	1.439	-3.995
6.01.01.03	Atualização e Reversão de Provisões para Riscos Fiscais	32	0
6.01.01.04	Atualização de Deposito Judicial e Impostos a Compensar	-2	-1
6.01.01.06	Imposto de Renda Diferido	350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	489	-636
6.01.02.01	Outros Ativos	884	297
6.01.02.02	Pagamentos de IRPJ e CSLL	-230	-53
6.01.02.03	Outros Passivos	-165	-880
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.228	-7.113
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.228	-7.113
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.202	-7.087
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.622	60.532
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	123.420	53.445

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	436.556	4.587	507.999	0	0	949.142
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	436.556	4.587	507.999	0	0	949.142
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	579	0	579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	718	0	718
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-139	0	-139
5.05.02.06	Equivalência Reflexa das Coligadas	0	0	0	-139	0	-139
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	436.556	4.587	507.999	579	0	949.721

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	430.245	10.319	612.296	0	29.972	1.082.832
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	430.245	10.319	612.296	0	29.972	1.082.832
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.311	0	-6.311	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	6.311	0	-6.311	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.658	0	4.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.658	0	4.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	436.556	10.319	605.985	4.658	29.972	1.087.490

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	112	44
7.01.02	Outras Receitas	112	44
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178	-93
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-178	-93
7.03	Valor Adicionado Bruto	-66	-49
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-66	-49
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.339	5.497
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.439	3.995
7.06.02	Receitas Financeiras	3.778	1.502
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.273	5.448
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.273	5.448
7.08.01	Pessoal	246	636
7.08.01.01	Remuneração Direta	214	553
7.08.01.02	Benefícios	32	83
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.309	154
7.08.02.01	Federais	1.309	154
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	718	4.658
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	718	4.658

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”) e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de março de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A atividade econômica brasileira foi impulsionada pela expansão da safra de grãos no primeiro trimestre desse ano. A balança comercial acumulou superávit de US$ 66 bilhões nos últimos doze meses, patamar saudável. O IPCA acumulado em doze meses ficou em 5,5% em março, refletindo o aumento do preço de commodities internacional e da desvalorização cambial do ano passado, em ambiente de expansão da demanda doméstica. Nesse ambiente, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 14,25% a.a. em março, reafirmando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

Os ativos da Alfa Holdings S.A. totalizaram R$ 960,4 milhões em 31 de março de 2025. Deste montante, R$ 826,0 milhões eram representados por participações em coligadas. O patrimônio líquido no período foi de R$ 949,7 milhões e o lucro do trimestre foi de R$ 718 mil.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 09 de maio de 2025, revisou, discutiu e concordou com o relatório de revisão do auditor independente sobre as Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Informações Trimestrais da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

DIRETORIA

São Paulo, 09 de maio de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade", "Companhia" ou "Alfa Holdings"), que é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo – SP, CEP 01310-300, Brasil, tem por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de "*holding*", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros por meio da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A) que compõem o denominado Conglomerado Alfa.

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

Em novembro de 2022, o Banco Safra S.A. ("Banco Safra", "Safra") e a Administradora Fortaleza Ltda. ("Fortaleza") firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking, wealth management, asset management, investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10 de outubro de 2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa.

Em 24 de outubro de 2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM ("OPAs"). Os leilões ocorreram em 28 de fevereiro de 2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa.

Em 30 de abril de 2024 o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29 de maio de 2024, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu em 20 de setembro de 2024 e o Banco Safra adquiriu ações adicionais, sem atingir, entretanto, o quórum necessário para fins de cancelamento de registro, permanecendo a Alfa Holdings uma companhia aberta com ações listadas em bolsa.

2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Base de Preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 09 de maio de 2025 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e nº11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 21) (R1) - Demonstrações Intermediárias e CVM. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Trimestrais referentes a 31 de março de 2025 são consistentes com as utilizadas na preparação das Informações Trimestrais referentes a 31 de março de 2024 e Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nas notas explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior.

b) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

Não há novos pronunciamentos contábeis, aplicáveis a essas Informações Trimestrais referente ao período findo em 31 de março de 2025.

c) Moeda funcional e de apresentação

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d) Base para avaliação

As Informações Trimestrais foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

e) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das Informações Trimestrais da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

f) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.

(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

g) Demonstrações consolidadas

As Informações Trimestrais não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S/A, que disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Sociedade.

Notas Explicativas

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das informações trimestrais.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócio em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são incialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro".

b) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais.

As Informações Trimestrais das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Informações Trimestrais incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

c) Impostos sobre lucros

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei nº 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS são 1,65% e 7,60% na base não cumulativa, respectivamente. As alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as Receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Informações Trimestrais.

d) Provisões

São reconhecidas, mensuradas e divulgadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

(i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Informações Trimestrais, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

(ii) Provisões e Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada

Notas Explicativas

com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

e) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

g) Mensuração ao Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

Notas Explicativas

ALFA

h) Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo considerado imaterial o risco de mudança no valor de mercado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

i) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 – TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	Classificação	31.03.2025			31.12.2024		
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	123.209	-	123.209	-	127.615	127.615
Total dos títulos para investimento [(i)]		**123.209**	**-**	**123.209**	**-**	**127.615**	**127.615**

(i) O custo contábil desses ativos se equivale a seu valor justo em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, uma vez que são remunerados a 100% do CDI, mensurados no nível II, conforme nota 3(g).

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

Notas Explicativas

5 – OUTROS ATIVOS

Descrição	31.03.2025	31.12.2024
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (i)	2.887	3.895
Impostos retidos na fonte	66	-
Diversos	64	6
Total de outros ativos no circulante	**3.017**	**3.901**
Não Circulante		
Depósitos judiciais	94	92
Opções por incentivos fiscais	5	5
Total de outros ativos no não circulante	**99**	**97**

i) Impostos e contribuições a compensar:
O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

6 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investida	% Participação	Valor Contábil do Investimento em 31.12.2024	Resultado de Equivalência	Equivalência Reflexa das Coligadas [iv]	Valor Contábil do Investimento em 31.03.2025	Patrimônio Líquido	Lucro / (Prejuízo) no 1º Trimestre de 2025
BAI Participações S.A. (i)	50,056%	251.854	(819)	(52)	250.983	504.139	(1.637)
FASA Participações S.A.(ii)	50,031%	152.554	3.470	(3)	156.021	314.197	6.935
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. (iii)	43,555%	423.115	(4.090)	(84)	418.941	962.026	(9.389)
Total		**827.523**	**(1.439)**	**(139)**	**825.945**		

Investida	% Participação	Valor Contábil do Investimento em 31.12.2023	Resultado de Equivalência	(Alienações) e Outros	Valor Contábil do Investimento em 31.12.2024	Patrimônio Líquido	Lucro / (Prejuízo) no Exercício de 2024
BAI Participações S.A.	50,056%	296.789	(40.594)	(4.341)	251.854	505.880	(81.097)
FASA Participações S.A.	50,031%	177.271	(20.388)	(4.329)	152.554	307.268	(40.750)
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	43,555%	557.958	(61.793)	(73.050)	423.115	971.451	(141.575)
Total		**1.032.018**	**(122.775)**	**(81.720)**	**827.523**		

(i) Bai Participações S.A. cuja a atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de quotista e/ou acionista, com participação direcionada, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos e participa diretamente do Banco Alfa de Investimento S.A. que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, inclusive câmbio, operações compromissadas, crédito rural e o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Bai Participações S.A. participa em 35,527% no Banco Alfa de Investimento S.A., no montante de R$504.198.

(ii) Fasa Participações S.A. cuja a atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de quotista e/ou acionista, com participação direcionada, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos e participa diretamente da Financeira Alfa S.A. – C.F.I. que tem como objeto

Notas Explicativas

social a prática de realização de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie. A Fasa Participações S.A. participa em 33,863% na Financeira Alfa S.A. – C.F.I., no montante de R$ 314.238.

(iii) Corumbal Participações e Administração Ltda cuja a atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente aos segmentos financeiros (Banco Alfa S.A., Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. – C.F.I.) e ramo de seguros (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.). A Corumbal Participações e Administração Ltda participa em: 19,995% no Banco Alfa S.A., no montante de R$ 23.118; 29,271% no Banco Alfa de Investimento S.A., no montante de R$ 370.545; 25,303% na Financeira Alfa S.A. – C.F.I., no montante de R$ 207.323; 99,991% na Alfa Seguradora S.A., no montante de R$ 178.891 e 99,939% na Alfa Previdência e Vida S.A., no montante de R$ 97.554.

(iv) Refere-se ao ajuste reflexo pela adoção das Resoluções CMN 4.966/21 e 4.975/21 nas empresas financeiras coligadas.

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis das coligadas:

	1º Trimestre de 2025						
	Ativo			Passivo			
Coligadas	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
BAI Participações S.A.	31	504.197	**504.228**	89	-	504.139	**504.228**
FASA Participações S.A.	38	314.238	**314.276**	79	-	314.197	**314.276**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	158.404	877.475	**1.035.879**	1.360	72.493	962.026	**1.035.879**

	Exercício de 2024						
	Ativo			Passivo			
Coligadas	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
BAI Participações S.A.	1	505.958	**505.959**	79	-	505.880	**505.959**
FASA Participações S.A.	35	307.303	**307.338**	70	-	307.268	**307.338**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	166.759	876.782	**1.043.541**	4.169	67.921	971.451	**1.043.541**

	Demonstração do resultado do trimestre					
	2025					
Coligadas	Despesas/ receitas operacionais	Outras receitas/ despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/ CSLL	Resultado do período
BAI Participações S.A.	-	(11)	**(11)**	(1.630)	4	**(1.637)**
FASA Participações S.A.	-	(10)	**(10)**	6.942	3	**6.935**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	2.852	(3.089)	**(237)**	790	(9.942)	**(9.389)**

	Demonstração do resultado do trimestre					
	2024					
Coligadas	Despesas/ receitas operacionais	Outras receitas/ despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/ CSLL	Resultado do período
BAI Participações S.A.	7.029	(37)	**6.992**	(7.876)	-	**(884)**
FASA Participações S.A.	840	(37)	**803**	(257)	-	**546**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	18.107	-	**18.107**	(6.764)	(1.781)	**9.562**

Notas Explicativas

7 – PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As provisões para riscos fiscais e previdenciários, são registradas e foram constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes na data destas Informações Trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Contingências Fiscais e Previdenciárias
Saldo Inicial em 01.01.2025	**6.640**
Atualização / Encargos	97
Reversão por Êxito	(65)
Saldo Final em 31.03.2025	**6.672**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil.

As ações se referem substancialmente a PER/DCOMP não homologada no montante de R$ 6.218.

8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	1º Trimestre de 2025			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**436.556**

	Exercício de 2024			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245
Aumento de capital (*)	-	-	-	6.311
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**436.556**

(*) Em 28 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R$ 430.245 para R$436.556, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

	1º Trimestre de 2025		
Classe de ações	**PNA**	**PNB**	**TOTAL**
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

	Exercício de 2024		
Classe de ações	**PNA**	**PNB**	**TOTAL**
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

Notas Explicativas

ALFA

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);

b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;

c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.03.2025	31.12.2024
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital	2.474	2.474
Total	**4.587**	**4.587**

c) Reservas de lucros

c.1) Reserva legal

É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c.2) Reserva de lucros a realizar

É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2025	87.100	73.474	160.574
Saldo Final em 31.03.2025	**87.100**	**73.474**	**160.574**

c.3) Reservas estatutárias

O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências e Reserva de Lucros a Realizar, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e até 10% seja destinado para Reserva Especial para Dividendos. A Reserva para Aumento de Capital tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais à Sociedade, até atingir 80% do capital social; a Reserva Especial para Dividendos tem por fim garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do Capital Social.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

e) Dividendos

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei n.º 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferencias tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

9 – DESPESAS DE PESSOAL

	1º Trimestre	
Descrição	**2025**	**2024**
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(156)	(413)
Salários	(58)	-
Encargos sociais e previdenciários	(32)	(83)
Parcela anual complementar de honorário	-	(140)
Total	**(246)**	**(636)**

10 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Trimestre	
Descrição	**2025**	**2024**
Despesas tributárias	(178)	(70)
Serviços de terceiros	(33)	(33)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(19)	(32)
Convênio de ações escriturais	(18)	(18)
Outras	(11)	(10)
Total	**(259)**	**(163)**

Notas Explicativas

11 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Trimestre	
	2025	2024
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.849**	**4.742**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(629)	(1.612)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**(502)**	**5.327**
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 6	(489)	1.358
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	(13)	170
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(1.131)**	**(84)**

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	01.01.2025	Constituição	(Reversão) / (Realização)	31.03.2025
Provisão para contingências	2.198	17	-	2.215
Outros	339	-	(29)	310
Total sobre diferenças temporárias	**2.537**	**17**	**(29)**	**2.525**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.682	-	(338)	5.344
Total	**8.219**	**17**	**(367)**	**7.869**

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e impostos diferidos.

Exercício de Realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo e Base Negativa	Total
2025	47	767	814
2026	64	767	831
2027	62	767	829
2028	62	767	829
2029	233	767	1.000
2030 a 2034	2.057	1.509	3.566
Total	**2.525**	**5.344**	**7.869**
Valor Presente	**590**	**2.637**	**3.227**

Notas Explicativas

12 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

Descrição	1º Trimestre	
	2025	2024
No início do período	**127.622**	**60.532**
Disponibilidades	7	23
Aplicações Financeiras	127.615	60.509
No final do período	**123.420**	**53.445**
Disponibilidades	211	34
Aplicações Financeiras	123.209	53.411
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(4.202)**	**(7.087)**

13 – GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que , por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra.

b) Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias *(commodities)* para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade.

c) Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais a Sociedade e suas coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas.

A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia.

Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade *(compliance)*, risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes.

No site do Banco Safra *(www.safra.com.br)* e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas

			1º Trimestre	
Descrição	**31.03.2025**	**31.12.2024**	**2025**	**2024**
	Ativos (Passivos)	**Ativos (Passivos)**	**Receitas (Despesas)**	**Receitas (Despesas)**
Títulos para Investimento	**123.209**	**127.615**	**3.778**	**1.502**
- Outras partes relacionadas	**123.209**	**127.615**	**3.778**	**159**
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	159
Banco Safra S.A.	123.209	127.615	3.778	-
- Coligadas	**-**	**-**	**-**	**1.343**
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	-	1.343
Outros Ativos / Outros Passivos	**4**	**4**	**-**	**-**
- Coligadas	**4**	**4**	**-**	**-**
Bai Participações S.A.	3	3	-	-
Fasa Participações S.A.	1	1	-	-

Notas Explicativas

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2025, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R$ 100 (R$ 195 em 2024). Em 2025, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R$ 156 (R$ 314 no 1º trimestre de 2024).

(1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: Em 2025 e 2024 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.

(2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(3) Participação acionária:
Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31 de março de 2025.

15 – OUTROS ASSUNTOS

a) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A. é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2025 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

Alexei De Bona
Contador
CRC nº PR036459/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da Alfa Holdings S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais – ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 31, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Resolução CVM nº 80/2022 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2025.

Marcos Lima Monteiro
Diretor Presidente

Leandro de Azambuja Micotti
Diretor

Enrica Morpurgo
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 31, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Resolução CVM nº 80/2022 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2025.

Marcos Lima Monteiro
Diretor Presidente

Leandro de Azambuja Micotti
Diretor

Enrica Morpurgo
Diretora